



Faça parte da LISTA DE TRANSMISSÃO e receba o boletim diariamente. Salve nosso contato (85 99179-1973) e envie um Oi com seu nome e cidade.

Mais notícias em: www.sintsefceara.org.br | Para receber envie email: imprensasintsef@gmail.com | Ano VIII - Nº 3195 18/09/2025

SEMINÁRIO NO CARIRI VAI DEBATER ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES



Na sexta-feira da próxima semana, 26 de setembro, o Sintsef-CE realiza o Seminário sobre Enfrentamento à Violência contra Mulheres, na sede da Delegacia Sindical da Região do Cariri, em Crato (Rua José Carvalho, 240, Centro). O evento começa às 8h, com café da manhã e boas-vindas musicais de Débora Flash (voz e violão).

A programação traz uma série de debates com especialistas e militantes sobre temas fundamentais. Entre eles: defesa pessoal para mulheres, panorama da violência de gênero no Brasil e no Ceará, políticas educacionais e gênero, ativismo e militância feminina, além de discussões sobre feminicídio, memória e informação. Também estarão em pauta a assistência à saúde das mulheres em situação de violência, as políticas públicas em saúde coletiva e a defesa dos direitos humanos da população LGBTQIA+.

Ao longo do dia, o evento contará com mesas de diálogo, plenárias e espaço para troca de experiências, encerrando-se às 16h com a exibição de um vídeo e coffee de confraternização.

O Sintsef-CE convida toda a base sindical e demais trabalhadores e trabalhadoras a participar. A luta pelo fim da violência contra mulheres diz respeito a toda a sociedade e exige o engajamento de todas e todos. Vamos juntos fortalecer esse debate e construir caminhos para uma vida livre de violência e com igualdade de direitos.

ENTENDA COMO A REFORMA ADMINISTRATIVA DEVE IMPACTAR CARREIRA E GESTÃO PÚBLICA

Ainda sem texto formal protocolado no Congresso, a proposta da Reforma Administrativa já tem detalhes antecipados pelo deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), relator do grupo de trabalho. O plano prevê uma PEC, um projeto de lei complementar e um de lei ordinária, com cerca de 70 medidas que podem alterar profundamente a estrutura do serviço público.

Um dos pontos centrais é a mudança no ingresso e na progressão na carreira. O salário inicial será limitado a 50% do teto da função, e a progressão dependerá de avaliações de mérito, substituindo o critério de tempo de serviço. Além disso, o estágio probatório de três anos passará a ter avaliações periódicas com possibilidade real de desligamento, o que amplia a insegurança para novos servidores.

Outro eixo é a substituição dos concursos públicos pela contratação temporária. A proposta prevê contratos de até 10 anos, em regra, para a maioria dos cargos. Apenas algumas carreiras específicas manterão concurso público, o que significa um ataque direto à estabilidade, fragilizando vínculos, reduzindo direitos e deixando o serviço público ainda mais vulnerável a interesses políticos.

A proposta também regulamenta o teletrabalho, restringindo-o, em regra, a apenas um dia por semana, com possibilidade de ampliação mediante metas e justificativas. Para especialistas, isso representa um retrocesso em relação aos avanços obtidos com o Programa de Gestão e Desempenho (PGD).

Entre outras medidas em debate estão:

- Avaliação anual obrigatória, com impacto direto na progressão e nas promoções;
- Metas obrigatórias para governantes, ampliando a responsabilização das gestões públicas;
- Teto salarial em estatais que não têm ações em Bolsa, para alinhar custos e governança.

Especialistas e entidades sindicais alertam: se implementada dessa forma, a reforma tende a enfraquecer a estabilidade, reduzir direitos e precarizar carreiras, comprometendo a qualidade do serviço público oferecido à população.



Para saber mais acesse as nossas mídias sociais!

Boletim editado pela Assessoria de Comunicação

Coordenação: Petrônio Soares e Lucy Mary Matos

Jornalistas: Letícia Alves e Junior Tavares (5050/CE)

Estagiária de Comunicação: Luanna Moura